

Senado diz que só se manifesta com documento final do Executivo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A comissão de assuntos econômicos do Senado Federal, reunida ontem para discutir a questão do acerto em torno dos juros atrasados da dívida externa, decidiu que não vai manifestar-se sobre os pontos já negociados com os bancos credores privados enquanto não receber do Poder Executivo o documento final da negociação, conhecido como "term-sheet".

Assim, os senadores deixaram de acatar o item da pauta de assuntos que previa o apoio da comissão, embora preliminar, para que os negociadores pudessem dar andamento às discussões com o comitê assessor de bancos credores. A idéia de que um "sinal verde" da comissão de assuntos econômicos facilitaria o andamento dos entendimentos com os bancos credores surgiu nas primeiras conversas que o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, teve com o presidente do Senado Federal, senador Mauro Benevides, tão logo regressou de Nova York.

"A comissão achou que não havia necessidade de pronunciar-se a respeito do assunto agora", resumiu para este jornal o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PFL). Na verdade, os senadores não quiseram comprometer a priori uma posição, mesmo que informal, na medida em que não conhecem o texto oficial do acordo.

"Já que temos de pagar, considero bom o acordo e meu sentimento é favorável, mas em primeiro lugar a comissão não podia manifestar-se porque não houve um pedido formal de 'sinal verde' por parte do governo, mas também atesto que poucos de nós abriremos mão do que é responsabilidade por um gasto de boa vontade", conforme disse a este jornal o senador Espiridião Amin (PDS-SC).

Diante da posição da comissão de assuntos econômicos, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, comentou para este jornal que "não faz a menor diferença". Ele argumentou que as discussões em torno da redação final da "term-sheet" — com os aspectos jurídicos e operacionais, além dos pontos econômico-financeiros já acertados em princípio — vão envolver "questões menores" e que "não há nada que nos faça modificar aquilo que já está acertado".

Os técnicos brasileiros que viajaram na quarta-feira a Washington — a missão é integrada pelo chefe da assessoria jurídica do Banco Central (BC), Luiz Carlos Stutzenegger, e pelo chefe do departamento da dívida externa, Sérgio Rufoni — mantiveram ontem conversas com os advogados do escritório de advocacia que atende aos interesses do Brasil nos Estados Unidos e antes de segunda-feira não deve haver nenhuma reunião com o comitê assessor de bancos credores.

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF), ao comentar que a comissão de assuntos econômicos não poderia de jeito nenhum manifestar-se agora sobre os entendimentos externos — "não temos nada a ver com isso, só teremos a partir do momento em que o documento final for encaminhado pelo Executivo", ressaltou. Ele fez questão de esclarecer que a atitude da comissão não teve a conotação de impedir a negociação, nem de criar dificuldades.

EMBARAÇOS

"Não queremos criar embaraços maniqueístas. Se a proposta estiver correta, dentro dos parâmetros da capacidade brasileira, tudo bem, se não estiver, vamos mudar", simplificar o senador Maurício Corrêa.

O senador Ruy Bacelar, (PMDB), vice-presidente da comissão de assuntos econômicos, previu que o processo de análise da comissão sobre o acordo dos atrasados "não vai ser fácil". Os senadores, segundo ele, vão querer conhecer todas as questões que envolvem o entendimento e ele, ontem, voltou a frisar a necessidade da comissão se inteirar de todas as informações, mesmo aquelas consideradas sigilosas. "Queremos examinar o acordo com o maior conhecimento de causa e eu vou requerer a presença do presidente do BC, Ibrahim Eris, mesmo que seja em sessão secreta, para saber qual é o nível das reservas internacionais do País", disse Bacelar, lembrando que a comissão vai pronunciar-se em consonância com os termos da Resolução 82 que fixa os parâmetros para a renegociação externa, prevendo que o nível das reservas em caixa não caia abaixo do nível mínimo referente a quatro meses de importação, considerando-se a média verificada nos doze meses imediatamente anteriores. O senador Coutinho Jorge (PMDB) apresentou na sessão de ontem sua proposta no sentido de que seja criada uma subcomissão da dívida externa, em caráter temporário, enquanto durasse o processo de rene-

gociação global da dívida com os bancos credores. A subcomissão funcionaria atrelada à comissão de assuntos econômicos do Senado e seria composta por seis ou sete senadores escolhidos entre os membros da própria comissão de assuntos econômicos, sendo um de cada partido.

"Temos que manter em discussão freqüente a questão da dívida externa e a subcomissão é necessária para dar assessoramento à comissão de assuntos econômicos, que tem poder decisório no julgamento do acordo", explicou o senador Coutinho Jorge, que já está colhendo o apoio das diversas lideranças partidárias no Senado com vistas à instalação da subcomissão da dívida externa. Enquanto isso, a comissão de assuntos econômicos vai prosseguir nos seus trabalhos e já marcou para o dia 7 de maio, pela manhã, a tomada de depoimentos do presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do economista Paulo Nogueira Batista Júnior. O senador Raimundo Lira informou que já houve requerimento apresentado à comissão propondo que também seja ouvido o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, também deve ser chamada a depor, mas não tem ainda data marcada.